



**MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.**

CNPJ 13.012.956/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Relatório da Administração

**OPERAÇÃO**  
Em 2025, o Mineirão reforçou seu potencial multiuso, tendo as partidas de futebol como prioridade e mantendo-se como principal plataforma de entretenimento do Estado de Minas Gerais. No esporte, o estádio recebeu jogos internacionais da Conmebol Sul-Americana, nacionais de Campeonato Brasileiro e Copa do Brasil e regionais do Campeonato Mineiro.  
Foram 42 (quarenta e duas) partidas profissionais, sendo 30 (trinta) do Cruzeiro Esporte Clube, 11 (onze) do Clube Atlético Mineiro e 1 (uma) da América Futebol Clube, na decisão do Campeonato Mineiro, que deu à instituição a maior renda de sua centenária história – R\$ 4,4 milhões. Vale ressaltar que o Atlético jogou no Mineirão entre janeiro e abril devido à troca do gramado em seu estádio.  
Duas das 42 partidas foram realizadas sem a presença de público, devido a punições dos clubes. As 40 partidas com torcedores resultaram numa presença total de 1.484.506 pessoas, média de 37.112 por jogo, e uma arrecadação de R\$ 84.049.756,14. Como curiosidade, foram consumidos ao longo do ano mais de 120 (cento e vinte mil) tropeiros.  
No quesito títulos, o Atlético conquistou o hexacampeonato mineiro, em final realizada no Mineirão. O Cruzeiro, que tem o estádio como casa, foi semifinalista da Copa do Brasil e terceiro colocado no Campeonato Brasileiro. A partida entre Cruzeiro e Atlético, pela Copa do Brasil, com torcida única cruzneirense, teve um público de 61.584 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e quatro) torcedores, tornando-se o novo recorde do Mineirão após a reforma.

O ano marcou também a implementação do sistema de acesso dos torcedores por biometria facial. A tecnologia, desenvolvida pelo próprio estádio, através de seu departamento de inovação, foi utilizada em 15 jogos da temporada, a partir de julho, com o cadastro facial de mais de 400 mil torcedores, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).  
Nos eventos culturais, o Mineirão provou mais uma vez sua versatilidade, conciliando sua agenda esportiva com 18 (dezoito) eventos de grande porte. Foram 13 (treze) shows, sendo 7 (sete) no gramado e 8 (oito) na esplanada. Entre os eventos internos, destacam-se as turnês de Gustavo Lima – Embaixador Classic, Henrique e Juliano, Sorriso – As Antigas, Tardozinha, do cantor Thiaguinho, Gilberto Gil – Tempo Rei e a americana Imagine Dragons, todos com público superior a 30 mil.  
Depois de um hiato de dez anos, o Mineirão voltou a receber a Torcida de Deus, celebração católica da Festa de Corpus Christi. Considerando eventos corporativos, feiras e demais atividades, o estádio recebeu 129 (cento e vinte nove) eventos em 2025. O público total foi de 453.996 (quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e noventa e seis) pessoas.  
O ano de 2025 ficará marcado ainda pela celebração dos 60 anos do Mineirão. Foram realizados vários eventos especiais para festejar a data, com destaque para o Desafio de Gigante, partida amistosa entre os times de Ronaldinho Gaúcho e Alex, a Corrida Mineirão 60 anos, com 3 (três) mil atletas, e o lançamento do mascote Giga, a personagem capivara que passa a fazer parte do dia a dia do estádio.  
Ao longo do ano, o Mineirão também manteve a programação de suas atrações fixas no Museu Brasileiro

do Futebol (MBF) e no Tour Bastidores, que superou 41 (quarenta e um) mil visitantes, e Feirão de Carros, realizado em 46 (quarenta e seis) fins de semana do ano, que contou com um público de quase 27 (vinte e sete) mil pessoas. A esplanada, aberta diariamente das 7h às 22h, também se fortaleceu como espaço público de recreação e saúde para a comunidade.  
O Mineirão também se estabeleceu em 2024 como plataforma de marcas, dos mais variados seguimentos. Mais de 30 empresas se associaram ao estádio, com destaque para a comercialização de dois setores rights, os primeiros da história do estádio. A cooperativa de crédito Sicob assumiu os setores Vermelho Superior e Inferior e, a proteção veicular APVS Brasil, a Tribuna (Roxo Inferior).  
O Mineirão trabalhou ainda em projetos voltados para a comunidade, para a inclusão e contra a violência de gênero. A novidade da temporada foi a criação do Espaço de Acolhimento à Mulher, local seguro para dar assistência e orientar vítimas em dias de jogos. Já a campanha #ElaNãoJogaSozinha espalhou orientações nos banheiros femininos para denúncias.  
As ações institucionais incluem ainda a realização do 3º Seminário de Combate à LGBTQIA+fobia, do 2º Congresso Nacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do 4º Tropeiro do Bem, que destinou parte da renda com o Tropeiro para o tratamento de mulheres com câncer de mama. O segundo ano do Camarote TEA, voltado para pessoas com transtorno do espectro autista, recebeu 209 pessoas. Já a comunicação do telão passou a ter tradução simultânea em libras para torcedores surdos.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.576	8.401	
Ativo financeiro de concessão	5	45.980	47.384	
Contas a receber de clientes	6	13.362	10.265	
Estoques	-	1.675	1.436	
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.421	3.522	
Adiantamentos a fornecedores	-	222	737	
Títulos e valores mobiliários	-	25	25	
Outros ativos	-	433	458	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>77.694</b>	<b>72.229</b>	
<b>Ativo não circulante</b>				
Ativo financeiro de concessão	5	338.420	347.748	
Contas a receber de clientes	6	27.674	95.810	
Partes relacionadas	15	58	17	
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.065	970	
Depósitos judiciais	16	55	127	
Outros ativos	-	161	214	
Imobilizado	8	830	602	
Intangível	9	29.444	29.198	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>397.707</b>	<b>474.686</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>475.401</b>	<b>546.915</b>	

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Receita líquida</b>		<b>19</b>	<b>97.392</b>	<b>98.848</b>
Custos dos serviços prestados	20	(27.341)	(24.222)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>70.051</b>	<b>74.626</b>	
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	20	(20.408)	(23.651)	
Outras recargas operacionais, líquidas	21	(7.048)	137	
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(27.456)</b>	<b>(23.514)</b>	
<b>Lucro operacional</b>		<b>42.597</b>	<b>51.112</b>	
<b>Resultado financeiro</b>				
Recargas financeiras	22	6.865	11.725	
Despesas financeiras	22	(13.445)	(9.188)	
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(6.580)</b>	<b>2.537</b>	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	6.802	450	
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(10.063)	(8.401)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>32.754</b>	<b>45.698</b>	
Quantidade de ações (em milhares)	-	8.214	8.214	
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>		<b>3.99</b>	<b>5.56</b>	

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>32.754</b>	<b>45.698</b>	
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>32.754</b>	<b>45.698</b>	

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		36.015	53.649	
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>				
Depreciação e amortização		2.461	2.466	
Encargos sobre empréstimos e financiamentos		9.128	8.891	
Recarga financeira sobre ativo financeiro de concessão		(33.218)	(41.886)	
Tributos diferidos		7.048	(179)	
Recargas diferidas		(2.834)	(1.413)	
Resultado na baixa de imobilizado e intangível		(22)	1.245	
Provisão para perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa		(485)	(50)	
Provisão para riscos		458	156	
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>				
Ativo financeiro de concessão		43.950	37.919	
Contas a receber de clientes		86.225	4.050	
Adiantamentos a fornecedores		515	(35)	
Impostos e contribuições a recuperar		6	(401)	
Estoques		(239)	(287)	
Outros ativos		151	73	
Fornecedores		1.452	13	
Obrigações e encargos trabalhistas		254	425	
Impostos e contribuições a recolher		(35.992)	(6.152)	
Adiantamento de clientes		(581)	3.862	
Pagamentos de contingências		(516)	(209)	
Outros passivos		141	533	
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>113.917</b>	<b>63.330</b>	
Juros pagos		(8.961)	(8.882)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>104.956</b>	<b>54.448</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Adições de imobilizado		(400)	(242)	
Adições de intangível		(2.513)	(3.011)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(2.913)</b>	<b>(3.253)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(12.675)	(12.675)	
Parcelamento de impostos		(152)	(88)	
Redução capital social		(63.000)	-	
Dividendos		(22.000)	(54.324)	
Partes relacionadas		(41)	-	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(97.868)</b>	<b>(67.087)</b>	
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.175</b>	<b>(15.892)</b>	
<b>Demonsração das variações no caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício		8.401	24.293	
No final do exercício		12.576	8.401	
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.175</b>	<b>(15.892)</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações gerais**  
A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abraham Caram, 1001 – Pampulha, Belo Horizonte – MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto (Estádio do Mineirão) e as áreas contexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência no 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão). A Companhia é controlada em conjunto pela Construção CCPS – Engenharia e Comércio S.A., pela Egessa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda.  
**Contrato de Concessão**  
O Contrato de Parceria Público Privado (PPP), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) (Poder Concedente) e a Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Concessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012. A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, que recebeu tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016. A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 17 de março de 2026.  
**2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrária.  
**2.1. Base de preparação**  
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa no 3.  
**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.  
**2.3. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.  
**2.4. Instrumentos financeiros:**  
**2.4.1. Ativos financeiros – classificação:**  
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos e passivos ao custo amortizado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nos exercícios apresentados, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.  
**2.4.2. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração:**  
As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.  
**2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros**  
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência.  
**2.4.4. Impairment de ativos financeiros**  
**Ativos mensurados ao custo amortizado**  
A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.  
**2.5. Contas a receber de clientes**  
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros e menos a provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD ou impairment).  
**2.6. Estoques**  
Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor.  
**2.7. Imobilizado**  
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico

estimados durante o prazo de concessão.  
**c) Receita diferida:** A receita diferida é reconhecida quando das vendas de camarote ou cadeiras por temporada, bem como contratos de patrocínios. Assim, a cada mês na realização das receitas efetivas, efetua-se a apropriação da receita nas contas de resultado pertinentes pelo valor correspondente fração do período de cada contrato.  
**2.17. Distribuição de dividendos:**  
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.  
**2.18. Normas revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2025:**  
A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis):** Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.  
**Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas:** Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento "Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11", que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.  
**2.19. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025:**  
Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura. **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de subtítulos padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis. **IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuem responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis. Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros: O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.  
**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:**  
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. Ativo financeiro de concessão: A Companhia reconheceu o "Ativo financeiro de concessão" com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A996-2868-DD5A-B46C.



Estão e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas. A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do "Ativo financeiro de concessão" para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo. Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	11	112
Aplicações financeiras	12.576	8.289
<b>Total</b>	<b>12.576</b>	<b>8.401</b>

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários possuem rendimentos atrelados à taxa de 99,00%, em Letras Financeiras possuem rendimentos atrelados à taxa de 102%, em Compromissadas com Lastro de Terceiros possuem rendimentos atrelados à taxa de 94% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (em 2024 - 100%). Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a Companhia.

**5. Ativo financeiro de concessão:**

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 "Contratos de Concessão" e da Orientação Técnica OCP 05 "Contratos de Concessão" (IFRIC 12) e pronunciamento técnico CPC 48 "Instrumentos Financeiros".

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>		
Ativo financeiro a faturar	45.980	44.061
Ativo financeiro faturado	-	-3.232
<b>Total</b>	<b>45.980</b>	<b>47.384</b>
<b>Não circulante</b>		
Ativo financeiro a faturar	338.420	347.748
<b>Total</b>	<b>338.420</b>	<b>347.748</b>

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 300 parcelas complementares mensais (Pb). As parcelas estão registradas a valor justo com base na seguinte taxa de desconto: 8,99% a.a. (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão. **Movimentação do ativo financeiro de concessão**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>395.132</b>	<b>391.165</b>
Receita financeira do ativo financeiro	33.218	41.886
Recebimentos	(43.951)	(38.637)
Investimento biometria facial	-	718
<b>Saldo final</b>	<b>384.399</b>	<b>395.132</b>

**6. Contas a receber de clientes**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Contas a receber de clientes faturados</b>		
Contas a receber de clientes a faturar	4.880	8.833
<b>Total</b>	<b>4.880</b>	<b>8.833</b>
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>		
<b>Total</b>	<b>41.036</b>	<b>106.075</b>
<b>Circulante</b>		
Ativo financeiro a faturar	13.362	10.265
Não circulante	27.674	95.810
<b>Total</b>	<b>41.036</b>	<b>106.075</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía em suas contas a receber o montante de R\$ 10,228 (2024 - R\$ 6.604) que se encontrava vencido, mas não *impaired* (comprometido). Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda deles.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>A vencer</b>	<b>32.472</b>	<b>100.650</b>
Vencido de 1 a 29 dias	58	2.530
Vencido de 30 a 59 dias	67	166
Vencido de 60 a 179 dias	162	710
Vencido de 180 a 360 dias	47	753
Vencido a mais de 360 dias	9.894	2.445
<b>Total</b>	<b>42.700</b>	<b>107.254</b>

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2024	Adição/baixa	31/12/2025
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.179	485	1.664
<b>Total</b>	<b>1.179</b>	<b>485</b>	<b>1.664</b>

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos que a Companhia não espera receber.

**7. Impostos e contribuições a recuperar**

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social a Recuperar (Cofins)	1.029	1.720
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.409	1.176
Outros impostos e contribuições	(166)	(156)
<b>Total</b>	<b>4.488</b>	<b>4.492</b>
<b>Circulante</b>		
Ativo financeiro a faturar	3.421	3.522
Não circulante	1.065	970
<b>Total</b>	<b>4.488</b>	<b>4.492</b>

A Companhia possui expectativa de recuperação dos impostos a recuperar classificados no ativo não circulante até 31 de dezembro de 2027.

**8. Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
<b>Custo</b>					
Equipamentos em geral	1.825	190	-	2.015	
Móveis e utensílios	3.388	81	-	3.469	
Instalações	166	-	-	166	
Equipamentos de informática	1.183	109	-	1.292	
Veículos	70	-	-	70	
Outras	88	20	-	108	
<b>Total</b>	<b>6.720</b>	<b>400</b>	-	<b>7.120</b>	
<b>Depreciação acumulada</b>					
Equipamentos em geral	10%	(1.592)	(57)	-	(1.649)
Móveis e utensílios	10%	(3.281)	(23)	-	(3.304)
Instalações	10%	(166)	-	-	(166)
Equipamentos de informática	20%	(952)	(84)	-	(1.036)
Veículos	20%	(70)	-	-	(70)
Outras	20%	(57)	(8)	-	(65)
<b>Total</b>	<b>(6.118)</b>	<b>(172)</b>	-	-	<b>(6.290)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>602</b>	<b>228</b>	-	<b>830</b>

	Taxa anual de depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
<b>Custo</b>					
Equipamentos em geral	1.804	21	-	1.825	
Móveis e utensílios	3.342	46	-	3.388	
Instalações	166	-	-	166	
Equipamentos de informática	1.028	167	(12)	1.183	
Veículos	70	-	-	70	
Outras	80	8	-	88	
<b>Total</b>	<b>6.490</b>	<b>242</b>	<b>(12)</b>	<b>6.720</b>	
<b>Depreciação acumulada</b>					
Equipamentos em geral	10%	(1.510)	(82)	-	(1.592)
Móveis e utensílios	10%	(3.251)	(30)	-	(3.281)
Instalações	10%	(165)	(1)	-	(166)
Equipamentos de informática	20%	(844)	(120)	12	(952)
Veículos	20%	(70)	-	-	(70)
Outras	20%	(49)	(8)	-	(57)
<b>Total</b>	<b>(5.889)</b>	<b>(241)</b>	<b>12</b>	-	<b>(6.118)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>601</b>	<b>1</b>	-	<b>602</b>

**9. Intangível**

	Taxa anual de amortização	31/12/2024	Adições	Baixa	31/12/2025
<b>Custo</b>					
Softwares	1.226	258	-	1.484	
Benefitórias em imóveis de terceiros	48.673	997	-	49.670	
Licença ambiental	878	-	-	878	
Imobilizações em andamento	-	1.258	-	1.258	
<b>Total</b>	<b>50.777</b>	<b>2.513</b>	-	<b>53.290</b>	
<b>Amortização acumulada</b>					
Softwares	20%	(817)	(125)	-	(942)
Benefitórias em imóveis de terceiros	4%	(20.762)	(2.105)	-	(22.867)
Licença Ambiental	10%	(59)	-	-	(59)
<b>Total</b>	<b>(21.579)</b>	<b>(2.289)</b>	<b>22</b>	-	<b>(23.846)</b>
<b>Intangível líquido</b>		<b>29.198</b>	<b>224</b>	<b>22</b>	<b>29.444</b>

	Taxa anual de amortização	31/12/2024	Adições	Baixa	31/12/2025
<b>Custo</b>					
Softwares	784	1.320	(878)	-	1.226
Benefitórias em imóveis de terceiros	48.083	813	(223)	-	48.673
Softwares	-	878	-	-	878
<b>Total</b>	<b>48.867</b>	<b>3.011</b>	<b>(1.101)</b>	-	<b>50.777</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Softwares	20%	(233)	(265)	(319)	(817)
Benefitórias em imóveis de terceiros	4%	(18.977)	(1.960)	175	(20.762)
Licença Ambiental	10%	(59)	-	-	(59)
<b>Total</b>	<b>(19.210)</b>	<b>(2.225)</b>	<b>(144)</b>	-	<b>(21.579)</b>
<b>Intangível em desenvolvimento</b>		<b>29.657</b>	<b>786</b>	<b>(1.245)</b>	<b>29.198</b>

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de materiais	2.302	1.922
Outros fornecedores	173	234
Provisão para serviços prestados a faturar (a)	3.522	2.389
<b>Total</b>	<b>5.997</b>	<b>4.545</b>

(a) Para atendimento ao regime de competência contábil registra os serviços que foram emitidos/prestados, mas cujas notas fiscais ainda não foram emitidas.

**11. Empréstimos e financiamentos**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Encargos</b>		
Banco Itaú	51.059	63.723
<b>Total</b>	<b>51.059</b>	<b>63.723</b>
<b>Circulante</b>		
Ativo financeiro a faturar	13.035	13.024
Não circulante	38.024	50.699
<b>Total</b>	<b>51.059</b>	<b>63.723</b>

Garantias: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por: Direito de recel-

mento da integralidade da receita proveniente do Contrato de PPP. Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP, e Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária. **Escalonamento dos empréstimos e financiamentos:** Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	12.675
2027	12.675	12.675
2028 e acima	25.349	25.349
<b>Total</b>	<b>38.024</b>	<b>50.699</b>

**Cláusulas restritivas:** O contrato prevê que a distribuição de quaisquer recursos aos seus acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, ocorrerá com anuidade tácita do credor caso o índice for inferior 1,30, se o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) seja igual ou superior a 1,30 considera anuidade tácita do credor. A Companhia realizou distribuição de dividendos durante o ano de 2025, com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O ICSD calculado para o exercício foi de: **31 de dezembro de 2024: 4,63; e 31 de dezembro de 2025: 2,96. Movimentação:**

	Saldo 31/12/2024	Amortização	Juros provisionados	Saldo 31/12/2025
<b>Empréstimos</b>	<b>63.373</b>	<b>(12.675)</b>	-	<b>50.698</b>
Banco Itaú	350	(8.961)	-	361
<b>Total geral</b>	<b>63.723</b>	<b>(21.636)</b>	<b>8.972</b>	<b>51.059</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>Saldo 31/12/2024</b>	<b>Amortização</b>	<b>Juros provisionados</b>	<b>Saldo 31/12/2024</b>
Banco Itaú	76.048	(12.675)	-	63.373
Juros Itaú	395	(8.882)	8.837	350
<b>Total geral</b>	<b>76.443</b>	<b>(21.557)</b>	<b>8.837</b>	<b>63.723</b>

**12. Receitas diferidas:**

As receitas de contrato com vendas de camarotes, cadeiras e patrocinios são registradas no momento da contratação e apropriadas no resultado mensal conforme vigência de cada contrato.

	31/12/2025	31/12/2024
Camarote Tribuna	3.947	2.835
Camarote Exclusivo	4.543	3.073
Camarote vermelho	4.592	1.246
Patrocinios	21.743	9.257
Outros	574	428
<b>Total</b>	<b>35.406</b>	<b>17.539</b>
<b>Circulante</b>	<b>31.473</b>	<b>7.686</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.933</b>	<b>9.853</b>

**13. Parcelamento de impostos:**

Valor refere-se a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e/ou a tarifa de uso de distribuição (TUSD), quando lançada na fatura de energia elétrica, como encargo a ser suportado diretamente pelo consumidor final (seja ele livre ou cativo), integra, para os fins do artigo 13, § 1º, II, 'a', da LC 87/1996, a base de cálculo do ICMS. Nesse sentido, tendo em vista que a decisão do STJ produz efeitos desde que foi publicada, a Minas Arena deve realizar o recolhimento em 120 parcelas referente ao valor retroativo do ICMS referente a todo o período em que a exigibilidade do referido crédito se encontrava suspensa.

	Saldo	Adição	Amortiza-ção	Juros provi-sionados	Saldo
<b>Parcelamento de impostos</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortiza-ção</b>	<b>Juros provi-sionados</b>	<b>31/12/2025</b>
ICMS - REFEIS	1.427	-	(152)	-	1.275
Juros parcelamento	(326)	-	-	156	(170)
<b>Total geral</b>	<b>1.101</b>	-	<b>(152)</b>	<b>156</b>	<b>1.105</b>
<b>Circulante</b>	<b>117</b>	-	-	-	<b>131</b>
<b>Não circulante</b>	<b>984</b>	-	-	-	<b>974</b>

	Saldo	Adição	Amortiza-ção	Juros provi-sionados	Saldo
<b>Parcelamento de impostos</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortiza-ção</b>	<b>Juros provi-sionados</b>	<b>31/12/2024</b>
ICMS - REFEIS	1.515	(88)	-	-	1.427
Juros parcelamento	-	(380)	-	54	(326)
<b>Total geral</b>	<b>1.135</b>	<b>(88)</b>	<b>54</b>	<b>-</b>	<b>1.101</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	-	<b>117</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	-	-	<b>984</b>

**14. Tributos diferidos:**

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e nas despesas incorridos pelo regime de competência. a) Tributos diferidos: Os impostos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais. As diferenças temporárias são decorrentes da aplicação do diferimento da margem de construção sobre a contraprestação pecuniária Pb, cuja tributação é realizada pelo restante do prazo do contrato de concessão.

31/12/2025 31/12/2024

	31/12/2025	31/12/2024
<b>IRPJ</b>		
Base para cálculo do Diferido	1.722	2.056
Regime de Adoção inicial - Lei 12973/14	18.223	21.990
Margem de construção diferida	-	67.272
Receita junto ao concedente não recebida	-	-
<b>Base de cálculo do diferimento</b>	<b>19.945</b>	<b>91.318</b>
IRPJ DIFERIDO	4.986	22.829
Ativo Diferido s/ Prej. Fiscal e Base Negativa:	(1.496)	(6.849)
<b>IRPJ</b>	<	

**24.3. Estimativa de valor justo:**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

DIRETORIA EXECUTIVA	CONTADORA
André Luis Santana Moraes Jacqueline Alves	Tatiana Michele da Silva CRC/MG 113710/O

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos acionistas e Administradores da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A.  
Belo Horizonte – MG.

**Opinião:**

Examinamos as demonstrações contábeis da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos

com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Belo Horizonte, 17 de março de 2026.

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**  
CRC MG-008.957/F-8

**Daniel Menezes Vieira**  
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

(pág - 3/3)

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/A996-2868-DD5A-B46C> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A996-2868-DD5A-B46C



### Hash do Documento

8XntjtTr+2f1pfZa/+kl+/Blu6DzUmIPlofU0oCjwO4=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2026 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 28/04/2026 21:46

UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

### Evidências

**Geolocation:** Latitude: -19.9289528 Longitude: -43.957973 Accuracy: 3667.224852771513

**IP:** 172.16.4.17

**AC:** AC SAFEWEB RFB v5

